



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

**PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA NO ÂMBITO
AMBIENTAL, UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE
MACAPÁ – AP**

BRUNA PINHEIRO ALMEIDA

UNIFAP Universidade Federal do Amapá

RAFAEL OTAVIANO DE SIQUEIRA

UNIFAP Universidade Federal do Amapá

ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA

UNIFAP Universidade Federal do Amapá



PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA NO ÂMBITO AMBIENTAL, UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP.

RESUMO

Tem-se por objetivo desse artigo analisar a Administração Pública que intermediada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMAM desempenha atividades voltadas para a esfera ambiental. Dado a crescente discussão e relevância de questões ambientais associadas com a sociedade, a Gestão pública precisa analisar sua realidade e adotar novas práticas de atuação para efetivar sua conduta dentro da real necessidade que o contexto ambiental demanda. Buscando melhor veracidade o estudo baseia-se em dados coletados no relatório Anual produzido pela secretaria no ano de 2016 e se respalda por meio de entrevistas intermediadas através de questionários respondidos pelos servidores da Secretaria que contestam a realidade em que a mesma se encontra perante sua atuação. No entanto, a realidade revelada não convém com a necessidade que o meio ambiente carece, revelando assim, uma demanda no desenvolvimento acadêmico/científico na ostentação de práticas inovadoras a nível de gestão e conscientização social.

Palavras-Chave: Administração Pública. Meio Ambiente. Sociedade.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the public administration that, intermediated by the Municipal Department of the Environment, performs activities aimed at for the environmental sphere. Due to the growing discussion and relevance of environmental issues associated with society, Public Management needs to analyze its reality and to adopt new practices in order to carry out their conduct in the real need that the environmental context demands. For the sake of clarity, the study is based on data collected in the Annual Report produced by the secretariat in the year 2016 and it is supported by means of interviews intermediated through questionnaires answered by the servers of the Secretariat, who question the reality in which the secretariat is being through during their activities. However, the revealed reality does not suit the need for that the environment lacks, thus revealing a demand in the development of academic/scientific by showing innovative practices of management and social awareness.

Keywords: Public Administration. Environment. Society.



1 INTRODUÇÃO

O artigo 225 da Constituição federal afere sobre meio ambiente como direito pertencente a todos e afirma que sua preservação é dever do Poder público e da coletividade para uso das futuras gerações. A Administração Pública visa se utilizar de sua estrutura e recursos em benefício da coletividade de modo a proporcionar serviços básicos que sanam as necessidades do povo.

Com base nisso, no município de Macapá, a Secretária Municipal do Meio Ambiente busca propiciar e gerar desenvolvimento de questões ambientais tendo como base legal as leis L.C. nº 033, de 25.01.2005, art. 29 – Dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Decreto nº 166, de 28.02.05, art. 250 – Regulamenta o regimento interno da Prefeitura Municipal de Macapá, pelo qual busca proteger, defender e controlar conjuntamente com os sistemas federal e estadual o meio ambiente do município.

O homem habituado a desenvolver-se constantemente, adota práticas para satisfazer-se, tais como reverter cursos de rios, combater pragas, domesticar animais, remover florestas, consumir desenfreadamente, entre outras, culminando assim para o desequilíbrio ambiental que compromete vários ecossistemas primordiais para vida na terra (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013). Por este motivo, questões como sustentabilidade, meio ambiente, ecologia tem sido crescentemente discutidas não mais com abordagem educativa e sim como práticas que necessitam ser adotadas para o reequilíbrio do meio ambiente.

Tendo como premissa da indispensabilidade do cuidado ambiental no cenário atual que tende a se agravar, é imprescindível se atentar ao cuidado, prevenção e a fiscalização do meio ambiente, fato este que pode ser otimizado por intermédio do eficiente desempenho da Administração Pública. Outro quesito essencial para concretização deste estudo, está ligado ao fato de que o Estado necessita se ostentar de práticas inovadoras de gestão que condizem com a realidade vigente.

Concedido a necessidade de atenção que o meio ambiente carece, o estudo visa analisar a prática da proteção, recuperação e fiscalização do ambiente no município de Macapá, particularmente a que se atribui à Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Posteriormente ao diagnóstico da atuação da Secretaria, será realizado a explanação das informações obtidas e por seguinte, serão propostas algumas medidas com intuito de sanar as problemáticas detectadas, otimizando assim a atuação da Secretaria que zela pelo meio ambiente no município de Macapá.

2 A REALIDADE DO CONTEXTO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1 Meio Ambiente

A constante busca pelo desenvolvimento econômico, industrial e de poder levam empresas e até mesmo governo a estabelecer parcerias em prol destes benefícios, entretanto, ao fomentar estas práticas é necessário pensar nas consequências das mesmas. O intuito do



Estado é crescer e desenvolver-se constantemente com a finalidade obter lucros, que muitas vezes se é alcançado através de recursos naturais extraídos do meio ambiente, em contrapartida disto, tais recursos são finitos e precisam de atenção para o uso sustentável.

A evolução da Administração Pública e da constituição do aparelho administrativo, resume-se historicamente a partir do ano 1821 durante o período Imperial até o começo do Estado Novo, nesse período, o Brasil operava o regime político oligárquico, em que o poder abrangia um número limitado de pessoas. A premissa da política visava beneficiar apenas os interesses de quem tinha posses, se eximindo dos interesses da coletividade (CARVALHO;SAMPAIO, 2010).

Segundo Reis e Ribeiro (2016), estes acontecimentos submetem o meio ambiente e a humanidade a riscos, visto que necessitamos da natureza e seus recursos para sobreviver, com isso, é crescente a atenção dada a questões ambientais na esfera global. Por este motivo, é de interesse coletivo o desenvolvimento científico sobre a temática possibilitando um constante e atualizado conhecimento e proporcionando otimização na gestão ambiental.

2.2 Gestão Pública no Âmbito Ambiental

O processo de Gestão ou Administração, apresenta-se como um procedimento de tomada de decisões, assim como da realização de ações que abrange quatro técnicas inerentes ao processo de administrar que são: planejamento, organização, execução e controle (MAXIMIANO, 2009), ou seja, no que se refere a gestão do meio ambiente tange a tomada de decisões/planejamento que propiciem o objetivo de cuidado ambiental, valendo-se de uma estrutura organizada e ordenada em que os membros sejam cientes de suas atribuições e as executem conforme o planejado e também, a execução do controle para averiguar a execução do planejamento.

A administração envolve a determinação dos objetivos, a decisão de recursos e tarefas para alcançá-los, além, da divisão do trabalho, monitoramento e avaliação das atividades em conjunto, visto que, as pessoas estão integradas às outras pelos resultados de suas ações direta ou indiretamente (CHIAVENATO, 2012). Conforme esta prerrogativa é possível constatar que a administração pública é uma grande máquina que gera serviços para o seu público alvo, no caso a população, e para que isso seja possível se faz necessário o trabalho em conjunto de pessoas de modo ordenado em prol de objetivos pré estabelecidos.

Sendo assim, para efetivar os objetivos com intuito a gerar o bem estar social, o agente público, tem uma missão que pode ser decisiva ou temporária, sendo que este precisa ter a capacidade e conhecimentos, levando em consideração que o Estado desenvolve a ação para a consecução do interesse coletivo. A Administração a partir de seus princípios e conhecimentos norteia de forma ampla a sua aplicabilidade em quaisquer estruturas organizacionais, podendo ser de caráter público ou privado, de pequeno ou de grande porte, pois a administração define-se como um conjunto de princípios e regras.

Consoante a essa afirmativa, Vieira, Ferreira Júnior e Teixeira (2014) em suas pesquisas ressaltaram que a Administração Pública administra/governa tanto a nível público quanto privado com intuito de promover crescimento saudável e contínuo dessas organizações. Sendo assim, a Administração Pública define-se, segundo Meirelles (2012) como o gerenciamento de bens a favor da necessidade do povo, nas esferas federal, municipal e estadual dentro dos princípio da legalidade e moral a favor do bem comum.



Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2016), práticas inovadoras de Gestão Pública, incorporam primordialmente ações sustentáveis, ou seja, praticar gestão de resíduos, no qual a administração pública racionaliza/recicla ou evita/reduz desperdícios de recursos da natureza, outra medida que pode ser adotada é o uso/manejo sustentável dos recursos naturais, como: água, energia, madeira, papel e outros. Trata-se da aquisição de medidas que combate ao desperdício e simultaneamente reduz custos.

Exemplo disso é a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP), que por intermédio do projeto Coleta Seletiva e Reciclagem no município de São Bernardo do Campo foi premiada em 3º lugar na Categoria Gestão de resíduos do Prêmio Melhores Práticas da A3P em 2016, projeto que visa conhecer práticas inovadoras de gestão pública no âmbito socioambiental. Desde 2013 o sistema de limpeza urbana da cidade adotou uma reestruturação na qual adotou políticas de resíduos sólidos que expandiu a coleta seletiva na cidade, modernizou a triagem dos resíduos, elaborou um programa de educação ambiental e parte dos lucros das medidas aplicadas foram direcionadas aos catadores de materiais recicláveis o que culminou na geração de mais postos de trabalho.

Visto isso, é perceptível que a combinação de uma boa gestão e inovação diferenciam no contexto socioambiental e que é possível uma gestão municipal fazer a diferença dentro do espaço que atua. Outro ponto chave que é válido ressaltar, é a necessidade da administração pública se atualizar, modernizando sua estrutura e práticas de modo a atender a demanda do contexto ambiental.

2.3 Administração Pública Ambiental no Município de Macapá-AP.

A relevância da temática proposta está relacionado a questões ambientais de interesse social, que surgiram em meio ao cenário de grandes discussões sobre o tema e que zela pela proteção do meio ambiente. No município de Macapá, situado no estado do Amapá a SEMAM é designada a realizar atividades deste âmbito, dentro da legislação ambiental municipal, e age conforme Lei Orgânica do Município de Macapá que estabelece o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Assim, o Município, na sua função reguladora, criará limitações e imporá exigências que visem a proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente por meio de normas de zoneamento, de uso do solo e de edificações.

Nessa perspectiva, pretende-se nesta pesquisa dar ênfase a administração Pública no âmbito ambiental, que é desempenhado no município de Macapá pela Secretaria Municipal Ambiental - SEMAM junto à sociedade macapaense, a secretaria é um órgão municipal responsável pela elaboração, coordenação e execução da política de meio ambiente em Macapá, que está subordinada a Prefeitura Municipal.

O estudo objetiva averiguar quais as problemáticas que a Secretaria Municipal Ambiental encontra diante da administração pública, sabe-se que a administração pública requer uma base para exercer o planejamento de seu exercício, e, que nesse transcurso, existem alguns impasses que estão ligadas à atuação dos servidores no desenvolvimento de seu trabalho.

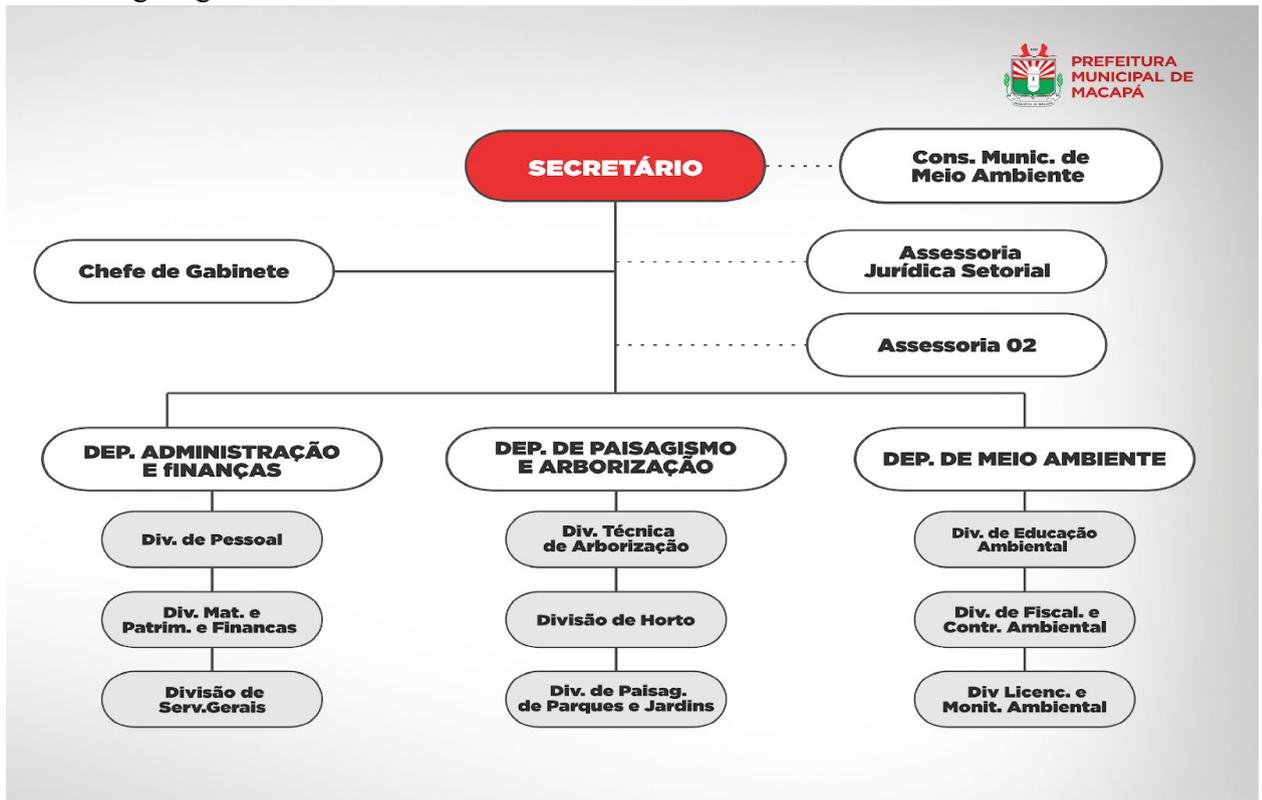
Com base nessas prerrogativas, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a administração Pública voltada para meio ambiente no município de Macapá e por esta ser realizado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMAM, realizou-se uma análise das atividades desempenhadas pela secretaria com intuito de averiguar a efetivação da



política ambiental no município e por seguinte propor algumas sugestões para contribuir diante das possíveis dificuldades que a SEMAM enfrenta diante da administração pública.

2.3.1 ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2.3.1.1 Organograma



Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá, 2018.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa

Relacionado a efetivação da pesquisa sobre Administração Pública Direcionada ao meio Ambiente no município de Macapá, adotou-se a averiguação da atuação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente que presta serviços junto à sociedade amapaense neste âmbito. A natureza da pesquisa é o modelo básico, de acordo com Gil (2010), tem como finalidade a aquisição de conhecimento de modo a promover o crescimento científico da área estudada sem que haja a aplicação prática do modelo proposto. Para a abordagem do referido estudo, empregou-se a qualitativa e quantitativa, visto que o universo da problemática requer um estudo mais completo e detalhado para concretização da pesquisa (SANTOS;CLOS, 2008).

Deste modo, as técnicas qualitativas envolvem a interpretação dos fenômenos, enquanto que as técnicas quantitativas se traduzem em números, as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, se utilizando de técnicas estatísticas, com intuito de levar o pesquisador a participar, compreender e interpretar a realidade que serviu de estudo.

Em relação aos objetivos desta pesquisa para seu relato aplicou-se a descritiva, que conforme Oliveira (2007) envolve fatos averiguados pelo pesquisador sem a ocorrência de sua



interferência por meio de observação, registro, análise, classificação e interpretação dos fatos, em que o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (questionário, observação sistemática), assume em geral a forma de levantamento.

Pertinente aos procedimentos técnicos para concretização da pesquisa, foi por meio participativo em que de acordo com Gil (2010), neste tipo de pesquisa ocorre a interação entre o pesquisador e o pesquisado, no caso da secretária, os funcionários da SEMAM e os acadêmicos (pesquisadores) do curso de bacharelado em Administração Pública.

A coleta de dados foi realizada na SEMAM, que apresenta na sua estrutura administrativa o Departamento de Meio Ambiente, divididos em duas Divisões, sendo uma a Divisão de Fiscalização e Controle do Ambiente e a outra a Divisão de Licenciamento e Monitoramento Ambiental, que desenvolvem suas atividades segundo a Legislação Ambiental do Município.

3.2 Universo da pesquisa

3.2.1 Legislação Ambiental Vigente no Município de Macapá

A Lei Complementar nº 033/2005 – PMM, dispõe sobre a estrutura administrativa da Administração direta do Município de Macapá em seu artigo 29, distribui as funções da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e o artigo 250 da Lei Orgânica apresenta a sua estrutura, que se divide em Gabinete, Assessoria, Departamento de Paisagismo e Arborização Urbana, Departamento Parque Zoobotânico, Departamento de Meio Ambiente, e Departamento de Administração e Finanças. Cada um desses departamentos se subdivide em três divisões básicas.

A SEMAM desenvolve suas atividades na Rua Clodoaldo da Silva Matias, 1530, Bairro Jardim Felicidade I. A referida Secretaria tem como base legal a LC nº. 033 de 25 de Janeiro de 2005, e tem por objetivo articular, inovar ideias possibilitando condições necessárias à concretização e o desenvolvimento integrado, equilibrado, visando a sustentabilidade socioeducacional e socioeconômica para o município de Macapá e beneficiar as presentes e futuras gerações.

3.2 População e amostra

A amostra envolveu 01 (um) Secretário e 12 (doze) fiscais que atuam na SEMAM. Totalizando 13 (treze) sujeitos entrevistados. Foram apresentados também informações arquivadas sobre o trabalho realizado pela referida Secretaria no ano de 2016. Diante do exposto, Mattos et al (2008) deixa evidente que a amostra é uma representação de um todo, uma parcela na qual possibilita a demonstração de fatos legítimos com intuito de gerar resultados concretos ao todo da população.

3.3 Instrumentos utilizados na coleta de dados

Os instrumentos aplicados durante a coleta de dados envolveram a observação em campo e questionários do tipo aberto e fechado, sendo assim, a coleta de dados serão obtidos pelo próprio pesquisador, utilizando dados já existentes (dados secundários), tais como informações da Secretaria e através de levantamentos (dados primários), estabelecidos por meio de questionário junto ao público alvo.



Com o Secretário da SEMAM utilizou-se o questionário composto com perguntas abertas, que conforme descrição de Mattos et al (2008), tais perguntas são impostas com intuito a obter respostas de livre interpretação, em contrapartida, com os fiscais, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas, no qual o entrevistado opta por responder “sim” ou não” (CERVO;BERVIAN, 2012).

3.4 Princípios éticos

Esta pesquisa obedeceu a Resolução 466/2012, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos. Para a realização desta pesquisa, foi emitido um ofício elaborado pela instituição responsável pelo projeto solicitando a colaboração no sentido de autorizar a pesquisa na SEMAM.

Todos os indivíduos que participaram desta pesquisa receberam informações pertinentes à mesma que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de serem entrevistados. Os princípios do sigilo, anonimato e a liberdade de escolha para participar da pesquisa foram rigorosamente seguidos pelos pesquisadores.

4 PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE

4.1 A Realidade da Secretária Municipal do Meio Ambiente

A partir do Relatório Anual realizado no ano de 2016 pela SEMAM é possível apresentar todas as atividades e ações realizadas por meio de descrições e aspectos práticos e teóricos executados sobre o desempenho nos aspectos econômicos, social e ambiental (AMAPÁ, 2016). No que se refere a apresentação do quantitativo das atividades de fiscalização e controle ambiental, 25% (196) do trabalho realizado pela SEMAM diz respeito a denúncias; 9% (66) refere-se a requisições; 7% (55) fazem referência aos autos de infrações; 53% (415) foram das notificações e 6% (50) representaram as ações noturnas.

A partir dos dados coletados do Secretário da SEMAM, buscou-se saber informações sobre a Administração Pública da mencionada Secretaria referente ao seu desempenho ambiental, neste sentido se questionou ao servidor sobre as atribuições da secretária no município e como é executado o planejamento anual junto a sociedade. Em concordância as informações apresentadas pelo Secretário, constatou-se que a SEMAM desenvolve várias competências no município de Macapá, colocando a administração pública como o ato de governar e exercer a vontade com o objetivo de alcançar um resultado favorável para a coletividade.

Em meio ao cenário que a SEMAM atua, questionou-se ao Secretário quais as dificuldades que a secretaria possui perante a administração pública, de acordo com as informações apresentadas pelo Secretário se deduz que há vários empecilhos impedindo que a SEMAM seja atuante diante da administração pública, visto que trabalhar com licenciamento, monitoramento e fiscalização, no campo do paisagismo nos logradouros públicos requer uma equipe maior, além de condições de trabalho, bem como a atualização do orçamento anual dentro da realidade para que sua atuação seja efetiva.

Consoante a esta prerrogativa, pode-se aferir que as competências da SEMAM junto à sociedade macapaense requer uma série de fatores, dentre elas: condições na estrutura física e de pessoal, visto que as condições de trabalhos, além da falta de recursos financeiros,



impedem que a referida Secretaria possa atuar de forma mais efetiva. Meirelles (2012) confirma em seus pressupostos que a administração pública visa favorecer a coletividade, ou seja, a sociedade em geral, dado este que se diverge contrastado com a realidade constatada.

Segundo Brito (2017) se a administração pública ficar bem assessorada, sem nenhum tipo de obrigações fiscais terá grandes oportunidades de fazer uma apropriada administração, cuidando do patrimônio público junto a sociedade, ou seja, o bom desempenho da secretaria está fortemente ligado a questões de planejamento, estrutura e da disposição de recursos.

4.1.1 A RELEVÂNCIA DA SECRETARIA SOBRE QUESTÕES AMBIENTAIS

Na atualidade, o trabalho desenvolvido pela SEMAM centraliza-se no Licenciamento ambiental, sendo 75% das atividades prestadas a pessoa física e jurídica, em afimco intermediação junto com parcerias de outros órgãos, departamentos e divisões da referida Secretaria, que lhe são atribuídas às execuções de fiscalização e monitoramento ambiental nas áreas de preservação permanente e áreas de ressacas e ainda a poluição sonora (AMAPÁ, 2016).

Diante disso, solicitar a SEMAM o licenciamento é condição essencial para o bom andamento do processo, pois a solicitação de licenças em órgão que não tenha competência originária para emití-las causará a procedente interrupção do processo de licenciamento ou a realização de novo licenciamento, com levantamento da competência originária ou convocação da autoridade pelo órgão correspondente.

Assim, pode-se dizer que a administração pública da SEMAM, diante do licenciamento ambiental é uma das principais atividades desenvolvida pela Secretaria. Logo, a fiscalização que a mesma exerce reflete nas ações com intuito de visualizar os resultados realizados, porém, sabe-se que tudo gira em torno de um orçamento, deste modo, quando ele está em desacordo com o plano de ação, fica inviável executar e automaticamente alcançar melhores resultados.

Diante disso, constata-se que a administração pública da SEMAM é extremamente importante no que tange a proteção ambiental de interesse público e, dessa forma precisa ser planejada e executada minuciosamente para que seja efetuado, rigorosamente, o plano de ação da referida Secretaria para com isso, os objetivos traçados sejam alcançados com êxito.

A partir do Relatório Anual correspondente ao ano de 2016, comprovou-se que a demanda de denúncias, requisições do Ministério Público, autos de Infração, notificações e ações noturnas é relativamente alto para o pouco efetivo que faz parte da SEMAM, ficando pendentes algumas atividades para o ano de 2017 (AMAPÁ, 2016), visto isso, apesar das dificuldades frente ao seu exercício, a secretaria ainda possui um significativo desempenho na sua atuação, todavia, o contexto ambiental carece que mais práticas sejam fixadas em benefício do meio ambiente.

4.1.2 SOBRE O EXERCÍCIO DA SECRETARIA

Dado a relevância da temática, questionou-se junto ao Secretário quais mudanças de gerenciamento administrativo da SEMAM poderiam garantir mais eficiência em suas atividades ambientais em Macapá, conforme as informações apresentadas pelo Secretário pode-se dizer que para o ano de 2017 efetivaram-se mudanças com intuito de tornar mais



eficiente as atividades de gerenciamento ambiental do município de Macapá, possibilitando por consequência, a administração pública alcançar resultados melhores em termos de prestação de serviços à sociedade amapaense.

Ressalta-se que o município de Macapá, através do departamento de meio ambiente, vinculado à SEMAM, adota uma política municipal de meio ambiente em consonância com as políticas: estadual e federal. Floriano (2007) refere que a administração pública ambiental apresenta-se como um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído.

Nesse cenário de administração pública ambiental municipal, de acordo com Staskoviak Junior, Koprowski e Santos (2012), apresenta-se como um instrumento pelo qual o município realiza os objetivos da sociedade, visto que a atividade administrativa é, necessariamente, a adequada gestão dos bens e interesses da coletividade, visando sempre o bem comum e agindo em conformidade com a lei.

Os dados apresentados pelo Relatório anual da SEMAM apontam que 53% (415) das atividades realizadas pela Secretaria fizeram alusão às notificações (advertências), como um sinal de irregularidades. Sobre o assunto, Sirvinskas (2009) expõe sobre a capacidade da secretaria de autorizar sobre o funcionamento de estabelecimentos/atividades que se utilizam ou afetam a coletividade do espaço público, no caso da poluição ambiental há a necessidade de requerer a secretaria autorização de licença ambiental.

Na atualidade, o processo de licenciamento, para toda e qualquer atividade socioeconômica a ser desenvolvida no município de Macapá, segue um rito não tão enquadrado na legislação vigente. Em Macapá, a restrição do universo a ser fiscalizado pelo poder estatal resume-se a questão de poluição sonora das atividades socioeconômicas licenciadas pela Prefeitura, ainda é pouco eficiente, deixando sob a responsabilidade de outras instituições, principalmente as pautadas na política estadual de meio ambiente, questões clássicas de meio ambiente (JUAREZ, 2009).

Outra atribuição da Secretaria tange ao paisagismo e a arborização, são sinônimos de qualidade de vida social, de acordo com Gengo e Henkes (2013), a Arborização urbana melhorar o aspecto visual ambiental e a qualidade do meio ambiente e ainda gera benefícios como: umidade, diminui a erosão e calor, melhora a drenagem de água, preserva o meio ambiente, entre outros.

O uso do paisagismo colabora com o meio ambiente, apresentando o foco de demonstrar o quanto é importante a utilização do verde nos centros urbanos, por menor que seja o espaço disponível existe sempre a probabilidade de associar o homem ao meio ambiente. Em contrapartida, a arborização coopera na diminuição da poluição visual, que além de embelezar o espaço e purificar o ar.

Dado a importância do paisagismo e da arborização, questionou-se junto ao Secretário da SEMAM como ocorre de fato a atividade no estado, de acordo com as informações apresentadas pelo Secretário, assim como as informações apresentadas no Relatório Anual do ano de 2016, as ações envolvendo paisagismo e da arborização ocorre de acordo com um planejamento realizado por uma equipe específica da SEMAM.

Além disso, outra questão averiguada partir do exposto pela Secretaria durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se, no entanto, que as ações da SEMAM em relação ao atendimento nas escolas municipais, de acordo com o Relatório Anual do ano de 2016 foram mínimas, apenas na Escola José Leoves foi implantado a Jardinagem e Paisagismo. No



que se refere às praças do município, registrou-se que somente em 04 (quatro) praças foram implantadas a jardinagem e o paisagismo.

Consoante a importância da efetivação do paisagismo e arborização do meio ambiente, questionou-se junto ao Secretário quais as medidas tomadas para sua manutenção, para ele pode-se afirmar que tais atividades não foram realizados, o que se comprova por meio do Relatório Anual no ano de 2016, a deficiência do paisagismo e arborização, executado apenas em locais estratégicos, tais como: canteiro central (Bairro Jardim Felicidade I; Bairro Santa Inês), quanto a implantação de jardinagem e paisagismo destaca-se a Praça do Bairro Pantanal, Conjunto Habitacional São José; Praça Floriano Peixoto; Praça Veiga Cabral (AMAPÁ, 2016).

Acredita-se que a manutenção do paisagismo e da arborização traz menos gastos para os cofres públicos, no entanto, a partir de uma observação nos locais de onde foram realizados o paisagismo e a arborização no ano de 2016, pode-se constatar que a manutenção não foi efetivada, podendo trazer prejuízos pelo fato de ter que refazer o mesmo trabalho novamente.

4.1.3 PROCESSO DE CONTROLE AMBIENTAL

No que tange ao controle do Meio Ambiente, questionou-se ao Secretário sobre a existência de notificações, fiscalização e multas aplicadas a estabelecimentos comerciais, diante do exposto, constatou-se que as informações apresentadas pelo Secretário se divergem das análises de Juarez (2009), que relata, o universo a ser fiscalizado pela SEMAM, resume-se às questões de poluição sonora das atividades socioeconômicas licenciadas pela Prefeitura, mostrando-se pouco eficiente para outras questões que são de competência desta Secretaria, visto que a falta de prática dos principais instrumentos da política municipal do meio ambiente mostra a fraqueza de um sistema municipal, que numa crítica otimista, coopera apenas quando apela às organizações estaduais mais desenvolvidas.

Assim sendo, a administração pública da SEMAM diante da sociedade amapaense na realidade não desenvolve de fato ações que são da competência da Secretaria, ou seja, na teoria é uma coisa e a prática se diverge, na realidade, as ações são desenvolvidas de forma limitada devido a falta de recursos e pessoal, de acordo com Rissato e Sambatti (2009) na fiscalização, os principais problemas são a falta de recursos humanos e financeiros, por este motivo, o processo de fiscalização não está atuando de forma eficiente, diante das atribuições da referida Secretaria.

4.1.3.1 Fiscalização

Dado essa dinâmica, entende-se que a SEMAM atua com autoridade, por isso, questionou-se junto ao Secretário sobre sua atuação no processo de fiscalização ambiental, segundo as informações apresentadas pelo Secretário evidencia que a SEMAM trabalha de forma articulada com outros órgãos públicos, no entanto, acredita-se que o não há capacidade do efetivo para realizar um trabalho eficaz, pois a realidade demográfica do município de Macapá gera uma demanda que não é suprida pelo quantitativo da administração da referida Secretaria.

De acordo com as pesquisas de Lima (2017), a fiscalização administrativa tem a finalidade do controle, assegurando que a administração atue de acordo com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como: a legalidade, moralidade, finalidade



pública, entre outros, com intuito de provocar além do procedimento de controle, a defesa de seus interesses individuais, além da proteção do interesse coletivo.

De acordo com Corrêa, Vale e Romano (2011), as notificações apresentam-se como instrumentos administrativos que visam dar ciência ao infrator das providências a serem adotadas. Trata-se de uma comunicação formal que, em princípio, não traz aplicação de sanção administrativa ou medida cautelar.

Diante do exposto, constata-se que as competências da SEMAM está relacionada aos interesses públicos, pois jurisdições abrangem: as atividades de fiscalização e controle ambiental; produção de mudas arbóreas e ornamentais; revitalização de logradouros públicos; manutenção de paisagismo em órgãos públicos, etc.

A partir do exposto, analisa-se que a administração pública da SEMAM junto à sociedade amapaense através da Divisão de Fiscalização e Controle Ambiental – DFCA coordena, notifica, atua e instrui os proprietários de estabelecimentos, bares e empreendimentos, sobre a regularidade das atividades e do licenciamento no qual é instrumento de gestão que orienta a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais potencialmente poluidores, ou daqueles que sob qualquer forma possam causar degradação ambiental, junto aos estabelecimentos (AMAPÁ, 2016).

4.2 Diagnóstico dos Empecilhos frente ao Exercício da Secretária

O papel da política ambiental municipal recebe uma conotação de auxiliadora de uma política maior, mais completa, ou mais organizada. O Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA passa a receber as denúncias e apurações do poder municipal para que as efetivas medidas sejam elaboradas, analisadas, deliberadas e executadas. Tal relação se consolida diante um aparelho municipal pouco envolvido nas discussões e com pouca gerência das ações de política de meio ambiente, revelando um cenário preocupante da realidade das políticas municipais, que poderiam agregar quantidade e volume para o desenvolvimento de ações voltadas para a conservação, preservação e autoridade do meio ambiente, como um bem público (JUAREZ, 2009).

Segundo as informações apresentadas pelos servidores, certifica-se que a maioria respondeu sobre a ocorrência diária da fiscalização depender da disposição de recursos materiais para desenvolver os trabalhos. A partir dos dados apresentados no Relatório Anual do ano de 2016, verificou-se que a fiscalização é realizada de acordo com o planejamento das equipes, pois além de atender as denúncias, requisições do Ministério Público, autos de infrações, notificações, ainda são realizadas as operações noturnas (AMAPÁ, 2016).

Nesse contexto, apura-se a deficiência do quantitativo de fiscais para atender a elevada demanda no serviço de fiscalização, assim como os demais serviços de competência da SEMAM, tais como: produção de mudas; revitalização de logradouros públicos; implantação de paisagismo e arborização, assim como a manutenção dos mesmos; entre outros, pois de acordo com o Relatório anual do ano de 2016, destacaram-se alguns obstáculos que comprometem a administração pública da referida Secretaria, tais como: a carência de equipamentos para a eficiência dos trabalhos administrativos; deficiência de materiais de expediente; técnicos sem computadores; falta de combustível, insumos orgânicos, entre outros (AMAPÁ, 2016).



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

Diante da dimensão do município de Macapá pode-se dizer que as ações da SEMAM são irrisórias, ou seja, não abrangem se uma parte significativa do referido município. Acredita-se que a falta de planejamento, recursos e pessoal, entre outros fatores, faz com que as ações da Secretaria não alcancem os resultados esperados. Logo, pode-se dizer que a administração pública da SEMAM fica comprometida, visto que não atende a coletividade, ou seja, a sociedade macapaense.

No município de Macapá constatou-se que o número de ações e atividades, que corresponderam a 782 atividades, abrangeram denúncias, requisições do Ministério Público, autos de infrações, notificações e ações noturnas são irrisórias diante da competência da SEMAM, que diante da carência de equipamentos para a eficácia e eficiência dos trabalhos administrativos é ineficaz frente a necessidade da questão ambiental. A deficiência de materiais de expediente, técnicos sem computadores, carência de combustível, insuficiência de insumos orgânicos, escassez de pessoal, entre outros, apresentam-se como adversidades diante da atuação da Secretaria.

Segundo o Secretário da SEMAM, as principais adversidades estão relacionadas a frágil estrutura física, material e de recursos humanos que a Secretaria dispõe atualmente para prestar um atendimento efetivo às suas obrigações e das exigências naturais decorrentes dos muitos serviços prestados à população. Seja no campo do licenciamento, monitoramento e fiscalização, ou no campo do paisagismo nos logradouros públicos de Macapá, assim como um quadro de pessoal reduzido, uma frota pequena e deteriorada de veículos, além de um fraquíssimo orçamento anual, são as principais deficiências da Secretaria.

Através da análise na secretaria Municipal do meio Ambiente, possibilitou a averiguação de diversos fatores que impedem a referida secretária de executar suas atribuições efetivamente. Para melhor visualização dos componentes, adotou-se o diagrama de Ishikawa que mostra as problemáticas nos processos desempenhados pela SEMAM, os dados encontrados no diagrama foram extraídos por intermédio de entrevistas através da aplicação de questionários aos servidores da Secretaria e análise dos relatórios Anual das práticas realizadas pela SEMAM, fato que constata a veracidade das disfunções na atuação da mesma. Na imagem abaixo pode-se observar diversos fatores que culminam para o baixo desempenho da secretaria, fatores estes que derivam de diversos segmentos, entretanto, afetam o sistema de funcionamento como um todo.



Fonte: Pesquisa, 2018.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alicerçado pela pesquisa realizada na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, constatou-se no que refere a Administração Pública deliberar sobre questões ambientais, visando o adequado gerenciamento do espaço pertencente à coletividade em conformidade com a legislação vigente, agrado e proveito do bem comum, além disso, visualização do diferencial da referida secretaria no que tange a adoção de práticas sustentáveis que viabilizam o equilíbrio ambiental no município.

Diante do cenário apresentado, pode-se aferir que as dificuldades apresentados inviabilizam as atividades e ações da SEMAM, acarretando que a administração pública não alcance resultados favoráveis para com a sociedade Macapaense, decorrentes das limitações que circundam a Secretaria, pois leva-se em consideração que na administração pública faz-se necessário a efetivação de um planejamento estratégico que esteja de acordo com o orçamento destinado para a execução das ações da SEMAM.

Desta forma, é visível a dificuldade que a secretaria possui está intimamente ligada a questões gerenciais e por esta ostenta de um bom planejamento para exercer suas atividades de modo efetivo, simultaneamente a este fator, a falta de recursos financeiros, materiais e de equipamentos agravam a situação da secretaria.

A partir do exposto nos resultados da pesquisa, dado a necessidade que o Ambiente pede e a importância das questões ambientais, recomendam-se algumas sugestões diante da problemática levantada:

- a) Maior envolvimento da sociedade amapaense nas atividades e ações da SEMAM, principalmente no que concerne manutenção da arborização e paisagismo dos logradouros públicos;
- b) Investir na divulgação nas redes sociais das ações e atividades realizadas pela SEMAM junto à sociedade amapaense, dado que muitas pessoas não têm conhecimentos sobre a referida Secretaria, o que por conseguinte dificulta o processo de denúncias;
- c) Desenvolver projetos educativos em todas as escolas do município de Macapá, com intuito de sensibilizar os alunos diante da degradação ambiental, provocando uma mudança de hábitos diante do meio ambiente;
- d) Buscar convênios federais;
- e) Atualizar a legislação municipal vigente para tratar com mais severidade as questões ambientais;
- f) Rever o planejamento da referida secretaria para que haja o melhor aproveitamento dos recursos atuais e se atentar para providências futuras com intuito de atender a crescente demanda ambiental.
- g) Buscar e fomentar a adoção de práticas inovadoras de gestão no âmbito ambiental, uma boa medida a ser praticada é o estudo de práticas que já foram adotadas em secretarias Ambientais de outros municípios, percebendo assim quais tem mais probabilidades de melhor desempenho, o que culmina na diminuição de riscos/falhas na execução das mesmas.

De antemão, pode-se extrair do presente estudo, que a investigação desempenhada no referido artigo possibilitou analisar a Administração Pública da Secretaria Municipal do Meio



Ambiente junto à sociedade Macapaense, a qual se compromete ao alcance de resultados positivos mas se confronta que diversos empecilhos no decorrer de seu exercício, assim, o estudo propõe algumas sugestões para sanar tais obstáculos e enfatiza a necessidade no desenvolvimento científico relacionado a temática para construção de práticas inovadoras de gestão pública no cuidado do meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Relatório Anual**: Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Macapá, 2016.

_____. **Burocracia pública na Construção do Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Books/Livro-BurocraciaConstru%C3%A7%C3%A3oBrasil.6.pdf>> Acesso em: 22mar2017.

BRITO, Edy Carlos Silva de. **Dificuldades da administração pública municipal para angariar recursos de convênios federais**: foco no desenvolvimento de projetos para captação de recursos. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigoedycarlos.pdf>> Acesso dia 05abr 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental**: Caminhos Para A Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2013.

CARVALHO, Fernanda de Quadros; SAMPAIO, Dilecia Almeida. **A Administração Pública**: uma análise de sua história, conceitos e importância. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-administracao-publica-uma-analise-de-sua-historia-conceitos-e-importancia/37923/>> Acesso dia 27mai 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. São Paulo: Manole, 2012.

CORREA, Rogério Giusto; VALE, Marcio Neves do; ROMANO, Livia Soalheiro. **Fiscalização ambiental**. Rio de Janeiro: INEA, 2011

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Políticas de Gestão Ambiental**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007.



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

JUAREZ, Rodson. **A construção da política de meio ambiente em Macapá**, 2009. Disponível em: < <http://www.ceap.br/artigos/ART0112200910312.pdf> > Acesso dia 20jun2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GENGO, Rita de Cássia; HENKES, Jairo Afonso. A utilização do paisagismo como ferramenta na preservação e melhoria ambiental em área urbana. **Revista gestão sustentável ambiental**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 55 - 81, out. 2012/mar.2013.

LIMA, Helton Roseno. **Controle externo, administração pública e transparência Administrativa**. Disponível em: <docplayer.com.br/17400072-Controle-externo-administracao-publica-e-transparencia> Acesso dia 27mai 2017.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO JÚNIOR, Adriano José; BLECHER, Shelly. **Metodologia da Pesquisa**: Construindo sua monografia, artigos e projetos. São Paulo: Editora Phorte, 2008.

MAXIMIANO, Luiz C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

REIS, Amanda Madeira; RIBEIRO, Márcia Baião de Azevedo. Integração Regional Como Meio de Formação de uma Consciência Ambiental para o desenvolvimento sustentável das Futuras Gerações. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Curitiba, v. 2, n. 2, p.214-232, dez. 2016.

RISSATO, Denise; SAMBATTI, Andréia Polizeli. A utilização de instrumentos econômicos de controle ambiental da água: uma discussão da experiência brasileira. **Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais Aplicadas**, 5., Anais, Cascavel, 2009.

SANTOS, Iraci; CLOS, Araci Carmen. **Pesquisa quantitativa e metodológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

STASKOVIK JUNIOR, Glaucio; KOPROWSKI, Renato; SANTOS, Thalyta dos. Administração pública e sustentabilidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012.

VIEIRA, Júlio César Cristoffer; FERREIRA JÚNIOR, Achilles Batista; TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa. A Administração pública como facilitadora do desenvolvimento social e



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

econômico. **Caderno Gestão Pública**. vol.4 n.3|jul/dez 2014. Disponível em:
<file:///C:/Users/PC/Downloads/312-1159-1-PB.pdf> Acesso dia 30mar2018.

6° PRÊMIO A3P: melhores práticas de sustentabilidade. Ministério do Meio Ambiente.
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e
Consumo Sustentáveis. _____. Brasília: MMA, 2016.